

J.B.
9/5/96 Pg. 8
39

Troca Favorável

A privatização da Vale do Rio Doce começa a sair da polêmica para entrar no terreno da racionalidade, com a explanação do presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, no Senado, graças à gestão do coordenador político do governo, o ministro Luiz Carlos Santos (PMDB-SP). Daí resultou o envio do assunto à Comissão de Infra-Estrutura.

Boa parte da polêmica em torno da Vale está centralizada em torno de questões fundamentais: deve o Estado interferir politicamente na gestão de uma grande empresa, cujos interesses possam ser confundidos com interesses nacionais? Se o controle de uma empresa for transferido para acionistas (ou grupos de acionistas) privados, poderá o Estado continuar interferindo para assegurar interesses locais? Qual a melhor forma de privatizar uma empresa? Através da venda de ações em bloco, ou através da ampla democratização do capital, chamando o maior número possível de acionistas e incentivando a pulverização das ações?

A resposta à primeira questão é fácil. Só os regimes totalitários e centralizados confundem Estado com Empresa. Quando isso acontece, em geral a rentabilidade é sacrificada pela política e confundem-se objetivos sociais com objetivos empresariais. Neste caso encontra-se a maior coleção de empresas fracassadas do mundo. Cabe ao BNDES fazer política social. Não cabe a indústrias (governamentais ou não) atuarem politicamente. Sua obrigação primária é atuar empresarialmente.

A segunda questão é bem mais complexa. Quando o Estado transfere o controle acionário de uma empresa para mãos privadas, evidentemente está expondo essa empresa à concorrência nacional e internacional. Ora, muitos governos subsidiam grupos privados e empresas estatais ou para-estatais, visando a tomar o mercado dos concorrentes estrangeiros. Ninguém é ingênuo nem existem amadores nesses espaços, e casos de *dumping* são freqüentes. Por isso, nenhum governo se omite inteiramente no caso de empresas consideradas estratégicas, cujo controle acionário é privatizado.

Quando a França privatizou empresas de grande porte (Saint Gobain, por exemplo) ou a Inglaterra (caso do petróleo e gás), as privatizações foram feitas sob certas condições. Os franceses estabeleceram em lei determinados percentuais para a participação estrangeira. O governo Thatcher criou uma *golden share* (ação de ouro) que dava ao governo britânico a capacidade de interferir politicamente em decisões relevantes. A *golden share*, contudo, não escancarava as portas ao governo para que continuasse nomeando por detrás dos bastidores, negociando cargos e corrompendo administrações.

A terceira questão pode ser respondida de forma bem mais pragmática. Em todo o mundo as empresas de grande porte beneficiam-se com a pulverização de suas ações. A democratização do capital é o melhor caminho para conseguir novos acionistas e participação de grupos locais ou estrangeiros em pequenos lotes. A democratização convida os fundos de pensão, mas exclui cartelização manipulada por fundações.

Por isso, deve-se louvar a inteligente proposta feita pelo BNDES no caso da Vale do Rio Doce, a qual prevê a privatização democratizada do capital da empresa. A Vale pode tranqüilamente passar de empresa pública para empresa "do público". Pode atrair grandes grupos, que terão cadeiras em seu conselho, e pode ter os funcionários como acionistas. O Estado deve, porém, ficar à margem, com sua *golden share*, apenas para a eventualidade de uma manobra (esperta) de mineradoras que queiram fechar jazidas aqui para abri-las em outro ponto do mundo.

Isso não é nacionalismo à moda antiga. Pura e simplesmente, como disse o ministro Francisco Dornelles, "a abertura comercial é irreversível", mas o país não é um mercado persa. Os liberais radicais podem, a propósito, temperar os impulsos lendo em *The National Interest* artigos ilustrativos sobre como no mundo pós-guerra fria, pós *The End of History* (o clássico de Francis Fukuyama) e pós Nafta ou União Européia, os Estados nacionais continuam vivos e atuantes.